



ASSENTAMENTO RENDEIRA: OS DESAFIOS DE SE CONSOLIDAR UM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UM ASSENTAMENTO RURAL NA REGIÃO
DO SEMIÁRIDO ALAGOANO

Tarcísio Fagner Aleixo Farias

tarcisioaleixof@gmail.com

IFAL – Instituto Federal de Alagoas

Brasil

Antônia Ladyjane Duarte da Silva

ladyjaneduarte@hotmail.com

IFAL – Instituto Federal de Alagoas

Brasil

Laura Tenório Rocha

lautatenorio0@gmail.com

IFAL – Instituto Federal de Alagoas

Brasil

Daniela Costa dos Santos

maktubdani@gmail.com

IFAL – Instituto Federal de Alagoas

Brasil



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Renata Maciel de Melo

renatamacielmelo15@gmail.com

IFAL – Instituto Federal de Alagoas

Brasil

Beatriz Delmiro da Silva

bia2016delmiro@gmail.com

IFAL – Instituto Federal de Alagoas

Brasil



RESUMO

O presente trabalho tem o intuito produzir um saber sociológico sobre a experiência do trabalho associativo rural no assentamento Rendeira, situado entre os municípios de Batalha e Arapiraca (estado de Alagoas) região de transição entre o agreste e o sertão (nordeste do Brasil), como alternativa para o desenvolvimento local e sustentável. Buscamos um conceito de desenvolvimento que não seja puramente econômico, para tanto nos fundamentamos na teoria social de Karl Marx, sobretudo os conceitos de trabalho, alienação e emancipação, bem como autores que pensam a questão do associativismo rural como Christtofolli e Leonello. Utilizados métodos de pesquisa qualitativa como observação participante e entrevistas. Nosso objetivo é perceber em que medida o trabalho associativo e a cooperação podem ser uma alternativa de desenvolvimento local na medida em que permite o acesso a melhores condições de trabalho. Para isso é necessário perceber a influencia dos órgãos de auxílio aos agricultores, dos créditos rurais, e dos ganhos gerados pelo fato de se estar trabalhando em grupo. As pesquisas de campo realizadas até agora sugeriram as dificuldades de se implantar em um projeto sustentável no assentamento, desde os obstáculos em conquistar um pedaço de terra, a seca (de 2012 para cá se intensificou) até a e a pouca assistência técnica por parte do estado que não coloca a reforma agrária e o desenvolvimento sustentável como prioridade. O assentamento possui apenas um posto de saúde que atende a 287 famílias (atualmente), este disponibiliza de poucos recursos para atender essas famílias e uma escola até o 9º ano do ensino fundamental. Os resultados dessa pesquisa sugerem que o modelo cooperativista precisa ser levado mais a sério pois representa talvez a única alternativa de sobrevivência das famílias da região.

Palavras chave

Assentamento rural; trabalho; sustentabilidade.



ABSTRACT

This work aims to produce a sociological knowledge about the experience of rural associative work in the *Rendeira* settlement, located between the municipalities of Batalha and Arapiraca (state of Alagoas), a transition region between the agreste and the sertão (northeastern Brazil). alternative for local and sustainable development. We seek a concept of development that is not purely economic. For this reason, we base ourselves on Karl Marx's social theory, especially the concepts of work, alienation and emancipation, as well as authors who think of the question of rural associativism as Christofoli and Leonello. Used qualitative research methods such as participant observation and interviews. Our objective is to understand to what extent associative work and cooperation can be an alternative of local development insofar as it allows access to better working conditions. For this, it is necessary to understand the influence of aid agencies on farmers, rural credits, and the gains generated by the fact of working in groups. The field surveys carried out so far have suggested the difficulties of establishing a sustainable project in the settlement, from the obstacles to conquering a piece of land, the drought (from 2012 onwards has intensified), and the lack of technical assistance from the state does not place agrarian reform and sustainable development as a priority. The settlement has only one health center that serves 287 families (currently), which has few resources to serve these families and a school until the 9th grade. The results of this research suggest that the cooperative model must be taken more seriously because it represents perhaps the only alternative of survival of these families in the region.

Keywords

Rural settlement; work; sustainability.



I. Introdução

O assentamento *Dom Hélder Câmara*, conhecido como *Rendeira*, é considerado atualmente como o segundo maior do Estado de Alagoas. Sua luta iniciou no ano de 1998 quando foi dado início a ocupação da fazenda Rendeira. Com dezenove quilômetros de extensão, com centenas de famílias lutando para conseguir a terra, no decorrer dessa ocupação houve muitos conflitos, no total foram três despejos feitos pela polícia, mas na quarta tentativa conseguiram se alojar na área, no dia 25 de Julho de 1999 conseguiram a posse da terra.

Desde o início este assentamento era composto de gente vinda de vários lugares como, usinas, favelas, entre outros, no início da ocupação eram 1200 famílias que viviam no acampamento, mais só foram registradas 287, muitas delas desistiram pelas dificuldades enfrentadas. Atualmente o assentamento Dom Elder Câmara é constituído por sete agrovilas que são: *25 de Julho*, *Carro queimado*, *Maravilha*, *12 casas*, *1 de maio*, *1 de dezembro* e *7 casas*. Nas quais apenas uma tem escola (*Carro Queimado*) e a outra um posto de saúde (*7 casas*).

O intuito desta pesquisa foi conhecer a trajetória social e econômica dos assentados de *Rendeira* e perceber quais os fatores que dificultam a consolidação de um modelo cooperativista, familiar, local e sustentável. A partir da observação empírica das condições sociais e da narrativa dos assentados podemos entender mais de perto os desafios de se manter no campo nesta região, mesmo depois da conquista da terra.

Em nossa metodologia, para coleta de dados utilizamos os métodos de pesquisa quantitativa no levantamento socioeconômico dos moradores, e qualitativa na descrição de suas trajetórias de vida e de suas visões sobre o trabalho, a cooperação e as relações com órgãos financiadores ou auxílio técnico.

O associativismo rural consiste num sistema integrado de produtores e, juntamente com a cooperação, desempenha importante participação nos processos de criação e fortalecimento de estratégias de subsistência voltada à permanência dos agricultores familiares nos lotes de assentamentos rurais. Nesse sentido o cooperativismo e o associativismo são elementos centrais na



garantia da sustentabilidade nos assentamentos rurais brasileiros. Buscamos compreender quais as necessidades e as limitações que dificultam sustentabilidade da produção coletiva nessa região.

Através da pesquisa de campo podemos constatar que problema como a seca e insuficiência de recursos financeiros e técnicos dificultam a consolidação de uma produção sustentável. A maior parte da produção é para o consumo, alguns moradores comentam que a que há quatro anos que não se produz para a comercialização. Outra dificuldade é a organização dos próprios moradores em de organizar para discutir o que é melhor para o assentamento, o problema da autogestão.

Alertamos para a necessidade de se priorizar mais a reforma agrária, não só na distribuição de terras, mas no sentido de viabilizar a produção sustentável e a manutenção das famílias no campo, possibilitando em contrapartida a produção de alimentos saudáveis para abastecer a população local. Para que isso ocorra é necessário investir em educação e auxílio técnico, sendo este ultimo voltado para o trabalho cooperativo, aproveitando melhor os recursos técnicos, viabilizando o beneficiamento de produtos e garantindo um desenvolvimento mais autônomo.

II. Marco teórico/marco conceitual

O objetivo desse trabalho é observar e avaliar a experiência de trabalho associativo no assentamento rural *Dom Elder Câmara*, mais conhecido como assentamento *Rendeira* nome da antiga fazenda da região. Situado na região de fronteira entre o agreste e o sertão de alagoas, abrangendo os municípios de Giral do Poncino, Traipu, Jaramatáia e Folha Miúda. O nosso foco foi observar até que ponto o assentamento desenvolveu, através da cooperação e do associativismo, um desenvolvimento sustentável.

Como referencial teórico trazemos como pressuposto, das obras *Manuscritos Econômico-filosóficos* (MARX, 2004), *O Capital* livro I (MARX, 1985) e *Grundrisse* (MARX, 2011), a questão do trabalho como atividade humana e as possibilidades técnicas oriundas da cooperação, bem como os perigos de seu uso na sociedade capitalista. Como o foco da nossa pesquisa consiste na observação empírica, estudamos em linhas gerais sobre a história da reforma agrária no Brasil, bem como estudos sobre de experiências associativistas rurais.



A reforma agrária no Brasil teve início no ano de 1950, mas, foi em 1988 com a queda do regime militar que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agraria (PNRA), se tornou uma política publica mais efetiva (DELGADO, 2005. p.51).

Na constituição existem leis que dizem que o Estados deve prestar assistências aos assentados, mas podemos ver claramente que o Estado muitas vezes não cumpre com seus deveres para com os assentados. A luta pela terra é marcada pelo descaso e pela violência (CHRISTOFFOLLI, 2012, p. 159-160). O Brasil é considerado agrário exportador, boa parte da economia vem da terra tornando a mesma, objeto de grande disputa, e segue sendo uma das maiores concentrações de terra do mundo. Enquanto as pequenas propriedades com menos de 10 hectares, representam 2,7% da área ocupada, as propriedades com mais de 1.000 ha (0,91% dos estabelecimentos) concentram 43% da área total. (IBGE, 2006 Apud, CHRISTOFFOLLI, 2012, p. 161).

Diante desse quadro de concentração de terra e exclusão social, os assentamentos rurais surgem como alternativa para o desenvolvimento local e sustentável. Os mesmos estão inseridos no contexto das lutas pela melhor redistribuição de terras, “processos sociais e políticos que podem ser compreendidos como ‘recriações’ do mundo rural brasileiro” (FRANQUELINE, 2009, p.17).

Ações para o desenvolvimento e fixação de um assentamento são realizadas pelo INCRA (Instituto nacional de colonização e reforma agrária) através de ligações com os governos locais e outras instituições públicas. A política de assentamentos rurais tem um caráter dinâmico e sequencial, pois, a ação concreta de “assentar” as famílias sem-terra, ou seja, a constituição de um novo espaço social já demanda consequentemente a necessidade de novas, específicas e contínuas ações do Estado e dos próprios movimentos sociais para a garantia da viabilidade social e produtiva do assentamento rural (FRANQUELINE, 2009, p.61).

O assentamento é um lugar de moradia e produção, seja coletiva ou individual, deve garantir o sustento as famílias assentadas. Utilizou-se a expressão associativismo para dar conta, de maneira genérica, de todas as possibilidades de cooperação organizada entre pessoas físicas para a realização de um determinado objetivo (CARVALHO, 1998). O assentamento rural não pode ser caracterizado



apenas como espaço social derivado das lutas sociais, mas sim como objeto sociológico, resultante de inúmeras configurações, que estão sujeitos a constantes transformações.

A partir dessas lutas sociais, a conquista da terra resulta na constituição de assentamentos rurais e em alguns casos constituindo “territórios reformados” (CHRISTOFFOLLI, 2012, p. 160). Os primeiros assentamentos se originaram-se sem conhecimento suficiente de como seria a organização social e política e sem noções a cooperação, o associativismo, condição vital para a sobrevivência dos camponeses na produção, não conseguiu alcançar níveis elevados de abrangências, e muitas iniciativas se viram inviabilizadas por dificuldades de acesso a capitais e tecnologias adequados, bem como por carência de gestão (CHRISTOFFOLLI, 2012, p.172).

A trajetória histórica de criação dos assentamentos se dá principalmente em terras marginais, de baixa produtividade, abandonadas por seus proprietários absenteístas e distante dos centros de consumo. (CHRISTOFFOLLI, 2012, p. 168-169), garantindo a posse desses terras, começam a fazer suas plantações e criações de animais para agora garantir a sobrevivência da família. Nessa situação acabam passando por dificuldades devido ao difícil acesso as cidades próximas e aos serviços públicos. A reforma agrária e os assentamentos seriam “um conjunto de projetos à espera de um projeto de desenvolvimento”, (CHRISTOFFOLLI, 2012, p. 163).

III. Metodologia

A presente pesquisa discute a história do assentamento *Rendeira* e observa os desafios enfrentados na consolidação de um desenvolvimento sustentável na região. O primeiro passo foi buscar referencial teórico, a leitura conjunta de artigos que discutem a questão da reforma agrária no Brasil, o modelo associativo e cooperativo rural e o desenvolvimento sustentável local. Buscamos um conceito de desenvolvimento que não seja puramente econômico, para tanto nos fundamentamos na teoria social de Karl Marx, sobretudo os conceitos de trabalho, alienação e emancipação, bem como autores que pensam a questão do associativismo rural como Christtofolli e Leonello.



Posteriormente na etapa empírica foi necessário observar as condições socioeconômicas dos moradores e traçar um perfil dos assentados. Entrevistas mais prolongadas foram utilizadas para obter as informações necessárias que mostram o cotidiano e as dificuldades em se garantir uma produção constante e sustentável. A partir dos dados coletados fizemos uma caracterização geral da trajetória do assentamento e suas relações com o Estado e outras influências externas.

O principal método no campo foi a entrevista semiestruturada, pois ela permitia conversas mais detalhadas sobre os problemas enfrentados pelos moradores. Segundo Teresa Maria Haguette, nesse método devemos nos policiar desde as perguntas que são aplicadas nos questionários até de que forma o entrevistado irá reagir pois, dependendo do conhecimento geral do mesmo ou até mesmo suas emoções, ele pode criar um mecanismo de defesa em relação a isso. Logo, cabe ao pesquisador que esteja à par de toda a parte teórica que se diz respeito ao tema que estão trabalhando para que assim executem um bom trabalho. É viável também que, o pesquisador fique atento a detalhes que o entrevistado acaba expressando seja com palavras ou até mesmo fisicamente. Depois de todo esse processo o pesquisador irá comparar as entrevistas e expor os dados da pesquisa ao público fazendo com que eles tirem suas próprias conclusões (HAGUETTE, 2013, p. 313 - 6).

Na pesquisa de campo primeiro entrevistamos os moradores mais antigos para conhecer a história do assentamento, sob quais condições foram criadas, e o histórico de relações com órgãos externos. Posteriormente fizemos entrevistas semiestruturadas nas casas dos moradores das duas agrovilas centrais para descobrir a origem social dos mesmos antes e depois da posse da terra, as condições socioeconômicas dos moradores bem como os métodos de produção utilizados.

Observamos vários aspectos, qual o tipo de produto? monocultura ou policultura? aproveita ou não os potenciais da região? qual o destino dessa produção? é consumida pelos próprios trabalhadores ou se é vendida? onde e como é vendida? Em que medida a associação proporciona maior facilidade em receber auxílio técnico?

De início buscamos informações em livros e artigos que tratavam de assuntos relacionados ao tema do projeto e, logo após fizemos 5 visitas ao assentamento e aplicamos questionários aos moradores que nos exprimiram detalhes sobre sua realidade de vida. Assim podemos caracteriza a



trajetória dos moradores e perceber os motivos que levam o assentamento rendeira, mesmo com todos os limites, a ser ainda uma referência de emancipação social na região.

IV. Análise e discussão de dados

Quanto ao levantamento socioeconômico, que envolve a coleta de dados em cada residência, nos concentramos em duas agrovilas centrais, *25 de Julho* e *Carro Queimado*, devido a vastidão do território e a grande quantidade de famílias (287 no total). Existe uma pequena diferença entre as agrovilas *25 de Julho* e *Carro Queimado*, nas relações econômicas, pois segundo alguns dados obtidos durante a pesquisa, percebemos que na agrovila 25 de Julho existe um número alto de pessoas que recebe em torno de um salário mínimo (em torno de 900 reais), enquanto que na *Carro Queimado* a maior parte das pessoas recebem entre 300 a 500 reais.

Referente aos dados obtidos, no quesito ocupação principal nossas especulações foram confirmadas, pois a maioria dessas pessoas que mora neste assentamento vive do que produz (que são 84%), e uma mínima parte dessas pessoas trabalham com outras coisas, como pedreiro, borracheiro, como comerciante em um mercadinho entre outros (ao total são 16%).

Desde de início da ocupação da terra, podemos perceber que existiu e ainda existe muita luta, pelo direito dos assentados terem uma vida; na entrevista com um dos mais antigos, ele nos contou que no começo da luta quando ainda era o governo Lula, era mais fácil comparando o de atualmente, pois ainda dava para conseguir um projeto que ajudasse as famílias, no governo Dilma aconteceram poucas mudanças, nesse período tinha uma ajuda do Estado, como a construção da minha casa minha vida, entre outra ajuda que não eram muito boas mais existiam, quando Michel Temer entrou, foi tudo cortado.

Um dos projetos que não teve continuidade por falta de verba foi o da palma para produção de produtos alimentícios, esse projeto viabilizava uma renda para essas famílias, a partir da palma que só é utilizada para alimentação do gado, e que poderia ser transformada em por exemplo geleia entre outros, e ser comercializada no mercado e seria um produto natural e novo, se já difícil no governo anterior, agora então se torna praticamente impossível, pois nesse no governo existe muitos cortes.



Além das dificuldades encontradas nas relações com o poder público, dificuldades essas que aumentaram com a ascensão abrupta do grupo PMDB, PSDB e DEM, o assentamento sempre encontrou dificuldades internas para consolidar o desenvolvimento sustentável. Organizar pessoas em torno de projetos coletivos não é fácil, os líderes reclamam do individualismo e comodismo de alguns. Deve-se ressaltar que existe um longo processo de convivência desde a ocupação, passando pela conquista da terra e sobretudo para a consolidação da vida e da produção dentro do assentamento

Segundo relato dos líderes mais velhos é mais fácil mobilizar o povo para a conquista da terra do que para organizar ações que visem garantir a permanência, que muitas vezes depende de luta política. Quando cada um já tem seu pedaço de terra muitos ficam mais acomodados, o que era para ser um local onde as pessoas se ajudam vira um local mais individualista, pois cada pessoa agora só quer fazer as coisas para si próprio e não para todos. Mas apesar das dificuldades em se organizarem nas lutas, quando se trata das necessidades básicas (que são: alimentação, água e energia) todos se ajudam.

Em uma das nossas visitas encontramos os assentados reunidos com algumas entidades, uma delas é o Instituto NATURARGO, uma ONG que presta assistência técnica para assentamentos e associações rurais em Alagoas. O interlocutor João Ribeiro reclamou das dificuldades em realizar a assistência, pois não tem sequer como fazer uma análise de solo. Afirmou que no Girau tem duas indústrias paradas: uma de fubá de milho outra de farinha de mandioca, que eles pretendem colocar para funcionar.

Para ele, além das dificuldades financeiras, pesa também o descaso por parte de muitos agricultores que não colocam em prática o que aprendem nos cursos. Tem experiências que dão certo e outras não. Tanto o professor como o técnico afirmaram que o solo da região é empobrecido devido ao plantio de tabaco, conhecidas pelo amplo uso de agrotóxicos.

Quando perguntada sobre a existência de auxílio técnico uma moradora e líder comunitária revelou que o auxílio não é constante como deveria ser. O INCRA deu ajuda inicial, 1º fomento e construção de casas (muito pequenas). Ela reconhece que no início foi difícil articular os assentados com a burocracia, devido ao desconhecimento e a desorganização inicial (ausência de lideranças).



Em 2003 foi criado o Pronaf, Programa que disponibilizava crédito para criação de ovelhas e galinhas. Até hoje ainda tem gente endividada. Motivo: falta de assistência técnica e poucos tiveram sucesso.

Agora tá mais difícil – 2012 pra cá. Em 2016 o assentamento viveu um processo renegociação de dívidas, ocupação do Banco do Nordeste (se negociar individualmente não sai). Isso foi fundamental para a manutenção do assentamento.

Os recursos técnicos são poucos, quando necessitam de um trator eles solicitam da secretaria da agricultura do município de Jaramatáia. Como o assentamento se localiza em 4 municípios, eles conseguem auxílio mais facilmente em algumas prefeituras e menos em outras.

A produção orgânica, caminha com dificuldade embora faça parte da ideologia oficial do MST. Nesta pesquisa percebemos claramente que os assentados não formam um bloco homogêneo e obediente ao MST, percebemos que nem sempre as lideranças conseguem implementar seus projetos. Ademais a seca, a falta de conhecimentos e mercados inviabilizaram a continuidade da produção orgânica até o momento.

Sobre a história do associativismo, uma líder comunitária nos conta que em 2004 houve a criação de conselhos para facilitar a liberação de crédito em *25 de Julho, 7 casas*. A ideia era sanear as dificuldades em comercializar a produção de leite. Hoje (2017): assistência técnica nenhuma. Os contratos terminados não são renovados. A entrevistada reconhece que o associativismo ficou mais na teoria que na prática, mas acredita que é um processo em construção. Quanto a cooperação ela ocorre em algumas obras pontuais, de interesse da comunidade como a construção de cisterna, reparos de cercas, limpezas de galpões, ações pontuais.

No início houve a criação dos conselhos nas agrovilas. O movimento entende que a cooperação beneficia a todos e tem como meta a produção coletiva, mas na prática muitos assentados preferem se virar sozinhos, ou se beneficiarem apenas das vantagens. Existe atualmente uma cooperativa que incentiva a produção de leite e mel. Uma das dificuldades é o tamanho do assentamento, são 287 propriedades e em cada uma delas se somam agregados, filhos e familiares que não são titulares da terra.



Quanto a ação do SEBRAI os assentados informam que os projetos parecem fáceis de executar, mas não são. Esse órgão se caracteriza por propagandear uma visão capitalista e individualista disfarçada de empreendedorismo. Seus projetos nem sempre são compatíveis com a agricultura familiar, orgânica e sustentável. Um exemplo disso foi o incentivo dado a produção de mamona que deixa os produtores dependentes desse mercado. O SENAI tem essa mesma visão. Um morador antigo alertou para o perigo de se corromper ainda mais as pessoas dificultando a cooperação e a solidariedade. Esses órgãos estão muito distantes da realidade e seus projetos são muitas vezes inexecutáveis. Mais vale um saber local e prático. O clima também tem dificultado bastante, houve uma mudança climática radical nos últimos 4 anos. A cultura (lavoura) foi quase zero em 2016, prevaleceu o plantio de fumo.

Quanto ao presente em relação ao passado, a maioria dos moradores foram posseiros ou desempregados. Todos entendem que a condição atual, mesmo com as dificuldades, ainda é melhor que as condições do passado quando se vivia na dependência de fazendeiros ou nas periferias das cidades.

V. Conclusão

Concluimos que o assentamento *Dom Elder Câmara*, possui boas condições para se consolidar um desenvolvimento sustentável, abrange uma área extensa que faz fronteira com quatro municípios, possui pessoas trabalhadoras com conhecimento na agricultura e pecuária tradicional. Falta um interesse efetivo do Estado para que possa promover uma vida mais alternativa para estes assentados, bem como uma política educacional mais efetiva que permitisse as pessoas desenvolverem formas coletivas e sustentáveis de produção.

Podemos constatar que problema como a seca e insuficiência de recursos financeiros e técnicos dificultam a consolidação de uma produção sustentável nesta região, isso não só no assentamento mas também na agricultura familiar. Outra dificuldade é a organização dos próprios moradores em de organizar para discutir o que é melhor para o assentamento, o problema da autogestão.



Percebemos a falta de assistência técnica da parte do governo, o que dificulta o processo de produção. Os moradores trabalham com técnicas rudimentares. O assentamento rendeira se encontra assim numa situação de “projeto a espera de desenvolvimento” (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 163), mesmo assim ele proporciona melhores condições de vida para as famílias, levando-se em conta as suas condições anteriores, e representa um grande potencial de desenvolvimento local e sustentável.

Alertamos para a necessidade de se priorizar mais a reforma agrária, não só na distribuição de terras, mas no sentido de viabilizar a produção sustentável e a manutenção das famílias no campo, possibilitando em contrapartida a produção de alimentos saudáveis para abastecer a população local. Para que isso ocorre é necessário investir em educação e auxílio técnico, sendo este ultimo voltado para o trabalho cooperativo. Os resultados dessa pesquisa sugerem que o modelo cooperativista precisa ser levado mais a sério pois representa talvez a única alternativa de sobrevivência destas famílias na região.



VI. Bibliografia

- CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. 2015.
- CARVALHO, Horácio M. Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 1998.
- CHRISTOFFOLI, Ivan Pedro. A Cooperação Agrícola nos Assentamentos do MST: Desafios e Potencialidades, in RODRIGUES, C. Fabiana. NOVAES, T. Henrique. BASTISTA, L. Eraldo (org.). Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do Capital. São Paulo, ed. Outras Expressões, 2012.
- DELGADO, Guilherme C. "A questão agrária no Brasil, 1950-2003." Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.
- FARIAS, Tarcísio F. A. Dialética do Trabalho e Libertação Humana na teoria de Karl Marx. Tese de doutorado defendida no PPGCS/UFRN, Natal/RN, 2015.
- FRANQUELINE, Terto dos Santos. A Recuperação de Assentamentos Rurais em Questão: Experiência do assentamento Rendeira – Alagoas. Dissertação de mestrado: Universidade federal de Campina Grande, 2009.
- FRANTZ, Walter. Associativismo, cooperativismo e economia solidária. 2012.
- HAGUETTE, Tereza Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis, RJ: 2013.
- MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1859: esboços da crítica da economia política. Boitempo: Rio de Janeiro, 2011.
- _____. Manuscritos Econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. O Capital: Crítica da Economia Política (Volume I). São Paulo: DIFEL, 1985.